



Índice

- 01** [PF prende 7 por crime ambiental e usurpação de bens federais, em RR](#)
- 02** [Boletim Mundo: Delegado que prendeu indígenas em Faxinalzinho \(RS\) pode ser afastado de investigações](#)
- 03** [Seminário em Roraima discute mineração em terras indígenas](#)
- 04** [Encontro reúne integrantes de povos e comunidades tradicionais de todo Brasil, em Luziânia/GO](#)
- 05** [Comissão Pró-Índio promove oficina sobre políticas públicas para comunidades quilombolas](#)
- 06** [Museu Goeldi recebe exposição sobre populações indígenas](#)
- 07** [Ribeirinhos: Prefeitura de Corumbá e Marinha retornam ao Pantanal](#)
- 08** ["Não fizemos nada": Presidente da Funai diz que não tomou nenhuma providência em relação aos agricultores assassinados no Rio Grande do Sul](#)
- 09** [Mais informações sobre a Frente Parlamentar em Defesa das Populações Atingidas por Áreas Protegidas](#)
- 10** [Caciques da tribo dos produtores rurais pressionam Ministro da Justiça a solucionar a Questão Indígena](#)
- 11** [Conselho Indígena de Roraima repudia autorização para mineração em suas terras](#)



- 12** Caso Conga: comunidade ameaçada por mineradora pede proteção
- 13** Que Justiça é essa? Juiz federal decide que julgamento de índios Tenharim será na Justiça do Amazonas
- 14** Corumbá: famílias ribeirinhas recebem assistência
- 15** Municípios relatam dificuldades na AL
- 16** Comissão Pró-Índio promove oficina sobre políticas públicas para comunidades quilombolas
- 17** VIII Festival de Cultura e Jogos Indígenas do Parecis
- 18** MPF/AM quer reparação de danos morais coletivos por exploração sexual de meninas indígenas
- 19** Delcídio e Biffi pedem ao Governo mais 6.900 casas para MS
- 20** Casaldáliga diz que principal arma são denúncias e cita novos conflitos
- 21** A que veio dom Tomás Balduino?
- 22** Pais de alunos seguem evitando transporte escolar em Faxinalzinho
- 23** Audiência pública discute violência nas aldeias de MS
- 24** Unidade Móvel de Acolhimento às Mulheres do Campo realiza hoje ação em Aldeia Indígena de Dourados
- 25** A educação no campo, transformando sujeitos e mudando realidades
- 26** Os massacres de Faxinalzinho
- 27** Defensor participa de encontro de lideranças indígenas



Boletim de Notícias - Edição nº 85/ 2014

Brasília, 16 de maio de 2014.

-
- 28** [Governador Camilo Capiberibe entrega mais três escolas indígenas no Oiapoque](#)
 - 29** [Cimi tenta soltar índios kaingang suspeitos de matar dois agricultores no Rio Grande do Sul](#)
 - 30** [Pnud: participação dos indígenas nas eleições do Brasil pode melhorar](#)
 - 31** [MON abre mostra de arte indígena](#)



PF prende 7 por crime ambiental e usuração de bens federais, em RR

SÍTIO G1, 15.05.2014

Oleiro também foi preso suspeito de maus-tratos a uma criança indígena. Seis presos vão para a PAMC; oleiro poderá responder em liberdade.

A "Operação Kratiras", deflagrada pela Polícia Federal (PF) na manhã desta quinta-feira (15) em Roraima, resultou na prisão de quatro empresários e dois operadores de balsa suspeitos de Crime Ambiental e usuração de bens da União. Um oleiro também foi detido por suspeita de maus-tratos a uma criança indígena Yanomami, de 12 anos.

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA) também participaram da operação, cujo nome significa cratera em grego.

A autorização para extração de minérios é concedida pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPN) e na investigação policial, que teve duração de seis meses, foi constatado que os empresários estavam efetuando a retirada fora das poligonais (marcações) onde poderiam explorar e algumas balsas não possuíam autorização para realizar esse trabalho.

Situação de trabalho em condições degradantes, menores sendo explorados no trabalho e possíveis crimes ambientais também foram comprovados. A investigação teve como base dados obtidos por meio de pesquisa na imprensa e estudo dos órgãos envolvidos, além do uso de imagens em satélite e confronto com os dados do DNPN e concessões ambientais.

Segundo o delegado Agostinho Cascardo, a extração de minérios às margens do Rio Branco perdura há cerca de dez anos e muitos empresários atuam em todo esse período sem concessão ou Licenciamento.

"As empresas estavam completamente fora da poligonal [marcação]. Elas possuíam licença, mas agiam em desacordo. Nossa fiscalização verificou esses pontos", relatou.

De acordo com Alan Robson, delegado da PF, as prisões ocorreram em flagrante e das sete pessoas presas, seis serão encaminhadas para a Penitenciária Agrícola de Monte Cristo (PAMC). Apenas o oleiro poderá responder em liberdade.

"Por ser uma pena pequena, o oleiro preso por maus-tratos poderá assinar um TCO [Termo Circunstanciado de Ocorrência] e ser liberado em seguida", informou.

Com a prisão dos empresários, a PF tem 15 dias para concluir os trabalhos e apresentar os relatórios da perícia. Além das prisões, foram apreendidas 12 balsas, três caminhões e documentos comprobatórios da movimentação financeira das empresas.

CONT.



Maus-tratos

O oleiro suspeito de cometer maus-tratos a uma criança Yanomami de 12 anos foi preso em flagrante por agentes da Polícia Federal. Segundo o delegado Alan Robson, o homem estava comandando o indígena em 'um trabalho degradante de extração da argila e de outros minérios'.

"Através de um intérprete, já na sede da PF, o indígena contou que apanhava, trabalhava de forma extenuante e que recebia apenas a alimentação como forma de pagamento", relatou.

O homem que detinha o Yanomami declarou aos agentes que aliciou o indígena em Caracaraí, município localizado a cerca de 140 quilômetros de Boa Vista, próximo a uma comunidade indígena.

A criança foi encaminhada ao Conselho Tutelar acompanhada da Frente de Proteção Indígena Yanomami.

Lavagem de dinheiro

A perícia da Polícia Federal (PF) irá analisar os documentos apreendidos para comprovar os valores obtidos a partir da extração ilegal dos minérios. Segundo Robson, há o possível crime de lavagem de dinheiro que será investigado no período após o flagrante.

"Lavagem de dinheiro é converter qualquer artigo ilícito em bens lícitos e será investigado no inquérito policial. A areia extraída é fruto de dois crimes, um ambiental e outro de usuração dos bens da União. A partir do momento que se insere uma mercadoria obtida de forma ilegal ou criminosa no mercado, se comete o crime de lavagem de dinheiro", destacou Cascardo.

Robson acrescentou que no flagrante é possível observar a subtração de bens [minérios] pertencentes à União, que deveria ser autorizada pelo DNPN.

Possíveis falhas

Sobre possíveis falhas de fiscalização de órgãos estaduais, municipais ou federais em relação à extração irregular de minérios às margens do Rio Branco, os delegados declararam que não é possível afirmar se elas ocorreram, mas não rejeitaram essa possibilidade.

"Nós temos atuações independentes. A Polícia Federal apura o crime, o DNPN deveria atuar de forma administrativa e proativa na região, mas quem vai apurar isso é o Ministério Público Federal [MPF]", informou Robson.

Segundo o delegado, o resultado final do trabalho da Polícia Federal será encaminhado ao MPF e o órgão poderá entrar com uma ação administrativa se entender que houve uma falha de atuação do responsável pela fiscalização.



Boletim Mundo: Delegado que prendeu indígenas em Faxinalzinho (RS) pode ser afastado de investigações

SÍTIO CIMI, 16.05.2014

Por Carolina Fasolo,
de Brasília (DF)

Mário Vieira, delegado responsável pela prisão temporária de cinco indígenas Kaingang na última sexta-feira (9) no Rio Grande do Sul, foi acionado judicialmente pela ação arbitrária na condução das investigações sobre a morte de dois agricultores no município de Faxinalzinho no final de abril.

Os Kaingang foram presos quando participavam de reunião de diálogo entre representantes dos indígenas e agricultores, em busca de soluções para os conflitos no RS. Mário Vieira chegou a declarar para a imprensa local que a prisão dos indígenas era um “presente para o dia das mães” e que os índios seriam punidos “exemplarmente”, cumprindo de 30 a 60 anos de prisão. “Querem transformá-los em criminosos. O delegado se colocou acima do poder judiciário. Já sentenciou a pena antes mesmo de começarem as investigações”, diz Roberto Liebgott, do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) na região.

Além da postura publicamente contrária aos indígenas, o delegado negou o acesso dos advogados de defesa ao inquérito e também impediu que participassem da primeira oitiva realizada. “Ele havia informado que as oitivas não ocorreriam no dia 14, mesmo assim os advogados compareceram à Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal do RS, onde encontraram dois advogados dativos convocados para acompanhar os depoimentos no lugar dos defensores oficiais. Foi uma manobra para que os indígenas falassem sem a presença de seus advogados”, explica Roberto.

Um Habeas Corpus foi impetrado na Justiça Federal de Erechim, pedindo liminarmente a soltura dos presos, o afastamento do delegado Mário Vieira e a anulação do inquérito. As liminares foram negadas pelo juiz, que antes de decidir pediu manifestação do Ministério Público Federal e do delegado.

A solicitação judicial para que os cinco presos ficassem submetidos à custódia da Fundação Nacional do Índio (Funai), conforme determina o Estatuto do Índio, também foi indeferida.



Seminário em Roraima discute mineração em terras indígenas

SÍTIO CIMI, 16.05.2014

J. Rosha,
de Manaus (AM)

Na busca de saídas para frear a ânsia das mineradoras e as investidas do governo federal contra os direitos, o Conselho Indígena de Roraima (CIR) realiza na próxima semana, entre os dias 20 e 22, na aldeia Tabalascada, município de Cantá, um seminário com a presença de procuradores federais, pesquisadores e de lideranças indígenas de áreas afetadas pela exploração mineral e impactadas por obras governamentais.

No início do último mês de abril, o CIR divulgou nota de repúdio contra a autorização prévia para pesquisas minerais em terras do estado de Roraima, emitida pelo Conselho de Defesa Nacional, instância ligada à Presidência da República, conforme publicado no dia 24 de fevereiro no Diário Oficial da União e divulgado na imprensa local. Na nota, o CIR destacava que "o fato representa mais uma vez que o Estado brasileiro continua a mercê dos poderes políticos e econômicos que visam gerar lucros milionários à custa das terras indígenas, desrespeitando totalmente os direitos constitucionais".

Em Roraima, os povos indígenas conhecem com bastante propriedade os efeitos da exploração mineral em seus territórios. A atividade garimpeira levou para aquele estado milhares de homens e mulheres de várias regiões do Brasil, sobretudo nordestinos. Porém, a grande massa acabou por se fixar na periferia da cidade, formando um exército de mão de obra de reserva explorada por toda sorte de aventureiros.

Em meados da década de 1980, na ocasião em que o governo de José Sarney desenvolvia o Projeto Calha Norte, mais de 30 mil garimpeiros foram levados para o interior das terras dos Yanomami. O saldo da violência cotidiana foi mais de três mil indígenas assassinados, exploração sexual, transmissão de doenças, destruição ambiental entre tantos outros crimes que ali se cometiam sem nenhum tipo de punição. Correu pelo mundo afora a notícia de que as doenças e as balas dos garimpeiros estavam levando os Yanomami à extinção. Em agosto de 1993, no caso que ficou conhecido como "massacre de Haximu", doze yanomamis foram mortos por garimpeiros.

Na Terra Indígena Raposa Serra do Sol, dos Makuxi, Wapichana, Ingaricó, Taurepang e Patamona, vários vilarejos se formaram em torno dos lugares onde era explorado ouro e diamante. Durante muitos anos aqueles povos viveram sob tensão provocada pela ida e vinda dos garimpeiros, com exploração sexual das jovens, comércio ilegal de bebidas alcoólicas e toda sorte de interferência na cultura. A cada vez que os indígenas resistiam à presença dos invasores, tornavam-se alvos da discriminação fermentada pelo ódio de empresários e da classe política massificado pelos veículos de comunicação de Roraima.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 85/ 2014

Brasília, 16 de maio de 2014.

A nota divulgada pelo CIR revela a inquietação com as mais recentes articulações dos empresários do setor mineral para apressar a liberação das terras indígenas para pesquisa e exploração. Atualmente, circula no Congresso Nacional proposta para regulamentar o parágrafo primeiro do artigo 176 e o parágrafo terceiro do artigo 231 da Constituição Federal. Na Câmara dos Deputados tramita o Projeto de Lei número 1610/96, de autoria do senador Romero Jucá (PMDB/RR), que tem por fim regularizar a exploração mineral em terras indígenas.

Empresários e governo têm pressa. Como consequência vão sendo atropeladas a Constituição, a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), e outras leis que contemplam os povos indígenas.



Encontro reúne integrantes de povos e comunidades tradicionais de todo Brasil, em Luziânia/GO

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 15.05.2014

O Encontro Ampliado da Articulação das Comunidades e Povos Tradicionais teve início nesta quarta-feira e segue até amanhã (16), no Centro de Formação Vicente Cañas, em Luziânia, Goiás. O evento avalia a conjuntura e as ameaças que envolvem as populações e comunidades tradicionais, no intuito de construir perspectivas para a luta desses grupos no país.

Por Assessoria de Comunicação do Encontro Ampliado da Articulação das Comunidades e Povos Tradicionais, na CPT

Desde a manhã de ontem, 14, acontece o Encontro Ampliado da Articulação das Comunidades e Povos Tradicionais no Centro de Formação Vicente Cañas, em Luziânia, Goiás. Estão reunidos representantes das populações indígenas, quilombolas, vazanteiros, fundo e fecho de pasto e das comunidades pesqueiras de todo Brasil, além de assessores da Comissão Pastoral da Terra (CPT), do Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), da Cáritas e da FASE. O encontro, que acontece até a manhã dessa sexta-feira, 16, avalia a conjuntura e as ameaças que envolvem as populações e comunidades tradicionais, no intuito de construir perspectivas para a luta desses grupos no país.

O momento dá continuidade ao processo de debates que vem reunindo comissões da articulação que discutem as ações vinculadas ao modelo adotado pelo Estado no qual a soberania dos povos é violada em nome de um processo exploratório do território nacional. A articulação trabalha na construção de estratégias para que os grupos tradicionais criem formas de resistência diante dessa conjuntura adversa.

“Quando eu conheço a luta de outras comunidades, percebo que estamos envolvidos nos mesmos problemas, justamente por não seguirmos uma lógica capitalista, como nos impõe o governo. Por exemplo, a Petrobrás está em todo canto destruindo nossa cultura, nossos saberes e sabores, trazendo pra gente doenças com a poluição, retirando da gente nosso território. Daqui vou levar novas formas de enfrentamento para fortalecer o trabalho de base que eu já faço na minha comunidade”, comenta a pescadora artesanal de Ilha de Maré, na Bahia, Eliete Paraguassu.

A partilha de experiências e a mística própria dos povos e comunidades tradicionais estão sendo o ponto alto do encontro. Diversas situações de violências vividas pelos povos também estão sendo denunciadas, como o caso do Quilombo Rio dos Macacos, na Bahia, que sofre constante pressão da marinha brasileira.

O encontro rumará para a formulação de ações para que a luta das populações e comunidades tradicionais seja fortalecida, o que aponta a importância do momento para a situação atual

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 85/ 2014

Brasília, 16 de maio de 2014.

desses grupos. "Esse momento é fundamental, pois o que é discutido aqui não é debatido nos espaços proporcionados pelo governo. É um espaço onde as comunidades é que fazem a reflexão da realidade onde vivem, e onde um pode ouvir o outro. Podemos refletir o passado e o que estamos vivendo hoje para ver o futuro. E esse debate precisa se ampliar mais", comenta o representante dos povos indígenas do Acre, Ninawa Hunikui.



Comissão Pró-Índio promove oficina sobre políticas públicas para comunidades quilombolas

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 15.05.2014

por Bianca Pyl

Com o objetivo de compartilhar e refletir sobre os resultados do mapeamento de políticas públicas realizado no âmbito Programa Quilombos de Parceiros da ICCO, a Comissão Pró-Índio de São Paulo realiza a oficina Políticas de Desenvolvimento e Inclusão produtiva para Quilombolas: construindo estratégias conjuntas de incidência. O evento será em Belém entre os dias 20 e 22 de maio.

O mapeamento de políticas públicas para comunidades quilombolas, realizado entre dezembro de 2013 a abril de 2014, buscou construir um diagnóstico sobre as principais políticas e programas, em nível federal e estadual (com recorte nos estados do Pará e do Maranhão) destinadas à promoção do desenvolvimento e inclusão produtiva.

A oficina contará com a participação de cerca de 20 quilombolas de diferentes regiões do Pará e do Maranhão, além das organizações Centro de Cultura Negra do Maranhão e Malungu – Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará. Os participantes irão definir uma agenda articulada dos quilombolas e das organizações presentes, visando ampliar o acesso das comunidades quilombolas aos programas e políticas.

Os depoimentos e discussões da oficina integrarão o conteúdo da publicação do mapeamento prevista para o 2º semestre de 2014.

Contexto

Nos últimos 10 anos, governo federal e os governos do Pará e do Maranhão conceberam e executaram políticas específicas para esse segmento da sociedade brasileira. No entanto, o alcance e efetividade das políticas públicas para os quilombolas permanecem bastante limitados e estão longe de reverter o quadro de desigualdade e vulnerabilidade a que está submetida tal população.

É evidente a dificuldade das comunidades quilombolas acessarem as diferentes políticas destinadas à promoção do desenvolvimento e inclusão produtiva diante dos inúmeros entraves burocráticos e à falta de maior informação e diálogo com o Poder Público.

Diante desse cenário, o Programa Quilombola de Parceiros da ICCO vem buscando construir uma estratégia de ação articulada para ampliar as oportunidades dos quilombolas efetivamente acessarem tais políticas e programas.

O quê: Políticas de Desenvolvimento e Inclusão produtiva para Quilombolas: construindo

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 85/ 2014

Brasília, 16 de maio de 2014.

estratégias conjuntas de incidência

Quando: 20 a 22 de maio de 2014

Onde: Belém Hotel Parque dos Igarapés

Organização: Comissão Pró-Índio de São Paulo

Apoio: ICCO



Museu Goeldi recebe exposição sobre populações indígenas

SÍTIO PORTAL BRASIL, 15.05.2014

Serão expostas fotografias das peças antigas e produções atuais dos Xipaya, que atualmente vivem próximos à Altamira (PA)

Nesta sexta-feira (16), o Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG/MCTI) abre a exposição 'Diálogos: os Snethlage e as Ciências Humanas no Museu Goeldi'. Serão expostas fotografias das peças antigas e as produções atuais dos Xipaya, povo indígena que atualmente vive em uma área próxima a Altamira (PA).

As imagens foram coletadas pela alemã Emília Snethlage durante uma expedição nos rios Tapajós e Xingu em 1914. Objetos da cultura material dos povos Xipaya e Kuruaya também serão expostos. Snethlage era pesquisadora do MPEG quando em 1914 firmou uma parceria com o Museu Real de Etnologia de Berlim e com a Sociedade Geográfica Berlinense para realizar a expedição

Os visitantes poderão ainda ter acesso ao trabalho de Emil-Heirinch, sobrinho de Emília, sobre a linguística indígena amazônica. A exposição é uma iniciativa do Museu Goeldi junto a Casa dos Estudos Germânicos/UFPA e o povo Xipaya. Na abertura, dez representantes dos Xipaya estarão presentes para reforçar a importância de divulgar a sua cultura.

Na mostra, será apresentada parte da história dos povos da região dos rios Iriri e Curuá, na bacia do Xingu. Apesar de terem origens distintas, Xipaya e Kuruaya eram vizinhos na região do Baixo e Médio Xingu e tiveram intensas trocas culturais. Ao longo dos séculos, os embates com fazendeiros, seringueiros e castanheiros fez as populações reduzirem gradativamente.

Sobre o museu

O Museu Paraense Emílio Goeldi é uma instituição de pesquisa vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação do Brasil. Está localizado na cidade de Belém, estado do Pará. Desde sua fundação, em 1866, suas atividades concentram-se no estudo científico dos sistemas naturais e socioculturais da Amazônia, bem como na divulgação de conhecimentos e acervos relacionados à região. O Museu Goeldi fica na Avenida Magalhães Barata, 376.

Fontes:

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
Museu Emílio Goeldi



Ribeirinhos: Prefeitura de Corumbá e Marinha retornam ao Pantanal

SÍTIO PÉROLA NEWS, 15.05.2014

Famílias ribeirinhas residentes nas regiões do Paraguai Mirim, Mato Grande, São Francisco, Coqueiro e Bonfim serão atendidas pela Prefeitura de Corumbá e Marinha do Brasil com mais uma ação emergencial do programa social Povo das Águas. A equipe embarca nesta sexta-feira, 16, às 08 horas, no porto do 6º Distrito Naval de Ladário e os trabalhos serão desenvolvidos até a próxima segunda-feira, 19 de maio.

Estas localidades estavam na programação da primeira ação do Povo das Águas para o final do mês, mas diante da cheia no Rio Paraguai, a Prefeitura e a Marinha definiram levar atendimento já neste final de semana, diante dos problemas que os ribeirinhos estão enfrentando. Para se ter uma ideia, nesta quinta-feira, o Rio Paraguai, na régua de Ladário, está com 4,56 metros. Em relação a quarta-feira, subiu oito centímetros.

Esta será a segunda ação emergencial na região do alto Paraguai e foi definida na terça-feira, 13, pelo prefeito Paulo Duarte e pelo comandante do 6º Distrito Naval, contra-almirante Edervaldo Teixeira de Abreu Filho que, mais uma vez, colocou uma embarcação da Marinha à disposição do Município para desenvolvimento dos serviços.

A ação emergencial vai permitir atender 85 famílias destas localidades que estão sofrendo com a cheia do Paraguai. A parceria entre a Prefeitura e Marinha está permitindo levar aos ribeirinhos, além de médico, dentista e outros profissionais, remédios, alimentos adquiridos pelo Município por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), lonas, entre outros materiais considerados essenciais.

Por: Da Redação



"Não fizemos nada": Presidente da Funai diz que não tomou nenhuma providência em relação aos agricultores assassinados no Rio Grande do Sul

SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 15.05.2014

"Nós não fizemos nada", foi a resposta dada pela Presidente da Funai, Guta Assirati, ao ser perguntada pelo Deputado Osmar Serraglio sobre que providência a Funai teria tomado em relação ao assassinato dos dois agricultores no Rio Grande do Sul. No último dia 28 de abril, os irmãos Anderson e Alcemar Souza foram perseguidos por índios e mortos a pauladas, golpes de facão e tiros de escopeta.

Uma semana depois do crime, os Deputados Osmar Serraglio, relator da Comissão Especial da #PEC215, e Afonso Florence, que preside a Comissão, estiveram na Funai a convite da própria presidente, Guta Assirati, para discutir a Proposta de Emenda Constitucional. Num dado momento da reunião Serraglio perguntou à Guta: "Que atitudes a Funai até agora tomou em relação às mortes que aconteceram no Rio Grande do Sul?". Ouviu-se um momento de silêncio sepulcral após o qual Guta teria dito: "Não, nós não fizemos nada".

"Mas, nada?", retrucou Serraglio estupefato. "O que o Sr. queria que eu fizesse?", retrucou Guta. "Que verificasse", respondeu Serraglio. "Não temos poder de polícia", disse Guta encerrando o assunto.

Dois dias depois da conversa entre Guta e Serraglio a Polícia Federal prendeu cinco índios kaingang acusados de envolvimento no duplo homicídio.

O diálogo foi relatado pelo próprio Osmar Serraglio na última sexta feira (9), dois dias depois da prisão dos índios, durante audiência pública da Comissão Especial em Campo Grande, Mato Grosso do Sul.

Depois que Guta Assirati assumiu a presidência da Funai com essa postura de não fazer nada seis cidadãos não indígenas já foram assassinados. Três por índios tenharim, no Amazonas; um pela milícia de indigenóides tupinambá, na Bahia e os dois irmãos no Rio Grande do Sul.



Mais informações sobre a Frente Parlamentar em Defesa das Populações Atingidas por Áreas Protegidas

SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 16.05.2014

https://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=XsSSHk5Vwac

Deputados criam frente parlamentar em defesa das populações atingidas pela ampliação de reservas indígenas e unidades de conservação ambiental. A frente exige uma ação preventiva que crie condições para que as famílias expulsas de suas terras em nome da proteção do meio ambiente ou de populações indígenas consigam recompor suas vidas.

O Brasil é o país com maior número de áreas protegidas do mundo, sendo inegável a sua importância na política ambiental, no entanto, essas têm sido tratadas com certa displicência pelo Poder Público, transformando importante mecanismo de proteção em meras efemeridades ambientais, foco de conflitos sociais.

Quando criada em terras particulares, a desapropriação é o meio previsto na Constituição Federal que, além de firmar a supremacia do interesse público, assegura o direito de propriedade, de modo que apenas com o pagamento da devida indenização é que o Poder Público poderá promover a transferência da propriedade privada para o domínio público.

Tais trâmites administrativos são indispensáveis para que os direitos destes proprietários rurais que foram atingidos pela criação de unidades de conservação ou terras indígenas sejam preservados, não os colocando em situação de vulnerabilidade econômica e social.

As denúncias do uso de violência e abuso de poder como instrumentos para a desocupação de uma área, sem que ocorram os trâmites administrativos e indenização aos proprietários de boa fé, configura-se como ato repugnante que deteriora todo o sistema democrático de direito.

A busca por uma legislação que resguarde tanto o meio ambiente, como os direitos dos atingidos pela criação destas áreas é mister diante dos tamanhos conflitos socioambientais existentes hoje no Brasil.

Para enfrentamento desses problemas criamos a Frente Parlamentar em Defesa das Populações Atingidas por Áreas Protegidas (Unidades de Conservação e Terras Indígenas).



Caciques da tribo dos produtores rurais pressionam Ministro da Justiça a solucionar a Questão Indígena

SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 16.05.2014

Quarenta e sete mil hectares invadidos na Bahia. Produtores rurais impedidos de retornar para propriedades que são suas, no Mato Grosso do Sul. Dois agricultores assassinados no Rio Grande do Sul. Esta realidade de conflitos agrários que se ampliam a cada dia foi apresentada pelos presidentes das federações da Agricultura da Bahia (FAEB), João Martins da Silva Júnior; e do Mato Grosso do Sul (FAMASUL), Eduardo Riedel, ao ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo. A Senadora Katia Abreu, que preside a CNA, também participou da reunião na tarde de ontem.

Os quatro discutiram os conflitos indígenas, os caciques da tribo dos produtores rurais apresentaram detalhes sobre a situação nos três estados e pediram ao ministro que adote providências para resolver o problema. "É preciso defender o estado de direito e impedir que se cometa uma injustiça com os produtores que há muitos anos vivem em terras agora reivindicadas pela Funai", disse Katia Abreu.

Durante a reunião, o presidente da FAMASUL e vice presidente da CNA, Eduardo Riedel, apresentou ao ministro o valor das propriedades cobigadas pela Funai para a criação da Terra Indígena Buriti. Apesar de a Justiça ter reconhecido que a área não é indígena, como diz a Funai, ele continua invadido por índios terena. O governo federal se dispôs a comprar as áreas dos produtores e entregá-las aos indígenas, mas o valor oferecido pelo Governo foi sub-avaliado. Os produtores querem R\$ 130 milhões, conforme os laudos técnicos de avaliação entregues ao ministro.

A situação também é grave na Bahia, onde mais de 100 propriedades rurais estão invadidas em decorrência de outra demarcação da Funai. A Terra Indígena Tupinambá de Olivença, que já vem sendo chamada de Babaulândia, tem 47 mil hectares nos municípios de Ilhéus, Una e Buerarema. A Funai reivindica essas áreas para abrigar um grupo de indigenóides tupinambás liderados pelo Cacique Babau. Os índios organizaram milícia e passaram a invadir propriedades e expulsar os produtores rurais como forma de pressionar o governo a demarcar área. Um agricultor que se opunha a demarcação foi assassinado no último mês de fevereiro.

A grande maioria dos produtores da região é de pequenos e médios proprietários. Eles produziam cacau e outros itens agrícolas de subsistência, relatou o presidente da FAEB. Segundo João Martins da Silva Júnior, as ameaças vão além do setor produtivo, pois muitos espaços invadidos e reivindicados são urbanos. Olivença, distrito do município de Ilhéus, está entre as áreas reivindicadas por indígenas Tupinambá, que pleiteiam toda a área urbana do município hoje habitado por 7.336 pessoas não indígenas, incluindo as edificações de igrejas, prefeitura, hospital, bancos e comércio.

Além da Terra Indígena Buriti, no Mato Grosso do Sul, as áreas em que os conflitos são mais

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 85/ 2014

Brasília, 16 de maio de 2014.

graves estão localizadas em 26 municípios do sul do estado. Em todos esses municípios, incluindo Dourados, segunda maior cidade sul-mato-grossense, há fazendas produtivas invadidas. A área já demarcada soma, aproximadamente, 850 mil hectares e a Funai pleiteia mais um milhão de hectares no chamado Cone Sul do Estado, meta prevista num Compromisso de Ajustamento de Conduta (CAC) assinado pela Funai com o Ministério Público Federal (MPF) em 2007.



Conselho Indígena de Roraima repudia autorização para mineração em suas terras
SÍTIO CORREIO DA AMAZÔNIA, 16.05.2014

No início de abril passado, o Conselho Indígena de Roraima divulgou nota de repúdio contra a autorização prévia para pesquisas minerais em terras do estado de Roraima, emitida pelo Conselho de Defesa Nacional, instância ligada à Presidência da República, conforme publicado no dia 24 de fevereiro no Diário Oficial da União e divulgado na imprensa local, nesta sexta-feira (11/04/2014).

Na referida nota o CIR destacava que "o fato representa mais uma vez que o Estado brasileiro continua a mercê dos poderes políticos e econômicos que visam gerar lucros milionários à custa das terras indígenas, desrespeitando totalmente os direitos constitucionais".

Em Roraima, os povos indígenas conhecem com bastante propriedade os efeitos da exploração mineral em seus territórios. A atividade garimpeira levou para aquele Estado milhares de homens e mulheres de várias regiões do Brasil, sobretudo nordestinos. Porém, a grande massa acabou por se fixar na periferia da cidade, formando um exército de mão de obra de reserva explorada por toda sorte de aventureiros.

Em meados da década de 1980, na ocasião em que o Governo de José Sarney desenvolvia o Projeto Calha Norte, mais de 30 mil garimpeiros foram levados para o interior das terras dos Yanomami. O saldo da violência cotidiana foi mais de três mil indígenas assassinados, exploração sexual, transmissão de doenças, destruição ambiental entre tantos outros crimes que ali se cometiam sem nenhum tipo de punição. Correu pelo mundo afora a notícia de que as doenças e as balas dos garimpeiros estavam levando os Yanomami à extinção. Em agosto de 1993, no caso que ficou conhecido como "massacre de Haximu", doze yanomamis foram mortos por garimpeiros.

Na terra Indígena Raposa Serra do Sol, dos Makuxi, Wapichana, Ingaricó, Taurepang e Patamona, vários vilarejos se formaram em torno dos lugares onde era explorado ouro e diamante. Durante muitos anos aqueles povos viveram sob tensão provocada pela ida e vinda dos garimpeiros, com exploração sexual das jovens, comércio ilegal de bebidas alcoólicas e toda sorte de interferência na cultura. A cada vez que os indígenas resistiam à presença dos invasores, tornavam-se alvos da discriminação fermentada pelo ódio de empresários e da classe política massificado pelos veículos de comunicação de Roraima.

A nota divulgada pelo CIR revela a inquietação com as mais recentes articulações dos empresários do setor mineral para apressar a liberação das terras indígenas para pesquisa e exploração. Atualmente, circula no Congresso Nacional proposta para regulamentar o parágrafo primeiro do artigo 176 e o parágrafo terceiro do artigo 231 da Constituição Federal. Na Câmara dos Deputados tramita o Projeto de Lei número 1610/96, de autoria do senador Romero Jucá (PMDB/RR), que tem por fim regularizar a exploração mineral em terras indígenas.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 85/ 2014

Brasília, 16 de maio de 2014.

Empresários e Governo tem pressa. Como consequência, vão sendo atropeladas a Constituição, a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), e outras leis que contemplam os povos indígenas.

Na busca de saídas para frear a ânsia das mineradoras e as investidas do Governo Federal contra os direitos, o CIR realiza na próxima semana, de 20 a 22, na aldeia Tabalascada, município de Cantá (RR), um seminário com presença de procuradores federais, pesquisadores e de lideranças indígenas de áreas afetadas pela exploração mineral e impactadas por obras governamentais.

J. Rosha

Da Assessoria de Comunicação do Cimi Norte I (AM/RR)



Caso Conga: comunidade ameaçada por mineradora pede proteção

SÍTIO ADITAL, 16.05.2014

Marcela Belchior
Adital

Em situação de risco pela luta por direitos territoriais e vendo sua cultura ancestral ser ameaçada pelas ações da empresa mineradora Yanacocha, camponeses e indígenas das regiões de Cajamarca, Celendín e Hualgayoc, no Peru, pedem proteção das autoridades. Eles necessitam garantir a vida dos líderes sociais e ambientalistas diante do enfrentamento com o interesse do grande empresariado, que já dura três anos.

Um grupo composto por organizações sociais chegou a buscar apoio na Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), por meio de medida cautelar que tornasse sem efeito legal as licenças e direitos outorgados à empresa, que executa o megaprojeto mineiro Conga. A CIDH, porém, rejeitou o pedido, alegando que o recurso não é de sua competência, orientando que o governo peruano se encarregue de garantir a proteção de vida e integridade dos moradores da zona.

A Comissão entende que eles estão em estado de gravidade e urgência e sofrem sucessivas violações a direitos coletivos. Atendendo à CIDH, o governo peruano se comprometeu a intervir no caso, mas diz considerar que uma parte significativa dos dirigentes locais ao projeto obedece a interesses políticos.

Autoridades e comunidades da zona apresentam forte resistência por acreditarem que o projeto Conga é prejudicial ao ecossistema, sobretudo em relação às fontes hídricas da região. Com planos de explorar ouro e cobre em Cajamarca, noroeste do país, o projeto é orçado em US\$ 4,8 bilhões e executado pela empresa estadunidense Newmont Mining Corp. Sua execução recebeu apoio do governo nacional mesmo com a oposição da população.

A obra pretende transvazar a lagoa El Perol para construir reservatórios artificiais e favorecer o projeto. Diante da oposição, a empresa assegura que a obra seguirá caminho apenas se puder ser executada de "maneira segura, social e ambientalmente responsável, com ganhos aceitáveis que justifiquem futuros investimentos".

Confrontos entre as forças públicas e os moradores durante protestos se estendem por anos, levando já à morte e à prisão de vários envolvidos. Desde 2011, o caso tem sido marcado por repressão a protestos pacíficos e criminalização dos movimentos e lutas populares resistentes à instalação da mineradora, militarização de regiões e estado de emergência para a garantia dos interesses dos investidores. Organizações de direitos humanos, principalmente peruanas e andinas, têm reunido forças para pedir apoio nacional e internacional a fim de conter a situação de violência e promover diálogo sobre o tema.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 85/ 2014

Brasília, 16 de maio de 2014.

Desde 2010, mineiros peruanos empreendem um enfrentamento contra o projeto Conga. No início de 2011, existiam mais de 21 milhões de hectares sob concessão mineradora, o que representa 16,73% do país. Cajamarca é o quarto departamento do país com maiores concessões territoriais, onde se outorgaram 2 mil 732 licenças para a exploração e sondagem mineira. Nos últimos anos, os projetos mineiros a cargo de transnacionais provocaram conflitos socioambientais em cinco departamentos do Peru.



Que Justiça é essa? Juiz federal decide que julgamento de índios Tenharim será na Justiça do Amazonas

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 16.05.2014

Conforme pode ser visto na foto acima, no dia de Natal de 2013, manifestantes incendiaram o barco e os carros da Funai, além de destruírem parcialmente seu prédio e o Polo de Saúde Indígena, em Humaitá. Cerca de 150 indígenas que estavam ou moravam na cidade foram obrigados a se refugiar no 54º BIS, por quase uma semana, sendo levados de volta às suas aldeias com segurança militar. Dois dias depois do Natal, houve ataque aos postos de pedágio, com queima inclusive de algumas cabanas. Numa das aldeias, alguns dos atacantes chegaram a passar a noite acampados à beira da estrada, enquanto as famílias indígenas se viam obrigadas a se esconder na mata. Até que o Ministério Público Federal agisse em contrário, uma verdadeira campanha de ódio e de incitamento à violência aconteceu na cidade e na vizinha Apuí. É exatamente nesse cenário que a Justiça Federal pretende seja realizado o julgamento? No mais, as declarações do advogado reproduzidas abaixo dizem tudo. Que Justiça é essa? (Tania Pacheco).

Por Elaíze Farias, em Amazônia Real

O juiz federal Umberto Paulini, da 2ª Vara Criminal do Amazonas, declinou da competência de analisar a denúncia e julgar os seis indígenas da etnia tenharim acusados de matar três homens na terra indígena Tenharim Marmelos, no sul do Amazonas.

O crime foi investigado pela Polícia Federal e o processo tramitava na esfera federal havia cinco meses. A mudança de competência foi confirmada nesta quinta-feira (15), quando o juiz Umberto Paulini negou um recurso impetrado pelo Ministério Público Federal (MPF) pedindo a reconsideração da decisão, tomada no dia 6 de maio.

Seis índios foram denunciados pelo MPF no Amazonas no último dia 30 de abril pelo crime de triplo homicídio duplamente qualificado (motivo torpe e sem chance de defesa). Entre os réus está o líder indígena Aurélio Tenharim.

À agência Amazônia Real, o procurador da República, Edmilson Barreiros, um dos autores do recurso contra o declínio da competência pelo Ofício Criminal, afirmou que vai requerer cópia do processo antes do traslado para pedir a revisão da decisão do juiz ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

O juiz Umberto Paulini foi procurado pela agência Amazônia Real para uma entrevista, mas ele não quis comentar sua decisão alegando que o processo tramita em segredo de justiça. A reportagem também procurou a Defensoria Pública da União (DPU), que defende os indígenas na esfera federal, mas os defensores não responderam ao pedido de informações.

O advogado das famílias dos três homens mortos, Carlos Evaldo Terrinha, disse à agência

CONT.



Amazônia Realque a decisão do juiz Umberto Paulini foi “um prêmio na loteria”.

“Todo o inquérito foi realizado em Humaitá, então o julgamento vai ser lá. Assim as famílias vão pressionar todo o corpo de jurados e o juiz. Quero que realmente seja lá e que os índios peguem cem anos de prisão”, disse Terrinha.

O advogado das famílias dos três homens mortos informou à Amazônia Real, após ler a decisão, que o juiz declinou de julgar porque entendeu que as mortes não ocorreram por motivos de conflito indígena, mas sim como um ato de vingança. Ele se refere ao fato de, conforme consta no inquérito da Polícia Federal, os indígenas terem matado os três homens por vingança pela morte de Ivan Tenharim, pai de dois dos acusados e uma das principais lideranças da etnia.

“O juiz considera que a competência deve ir para a justiça comum do Estado do Amazonas e que o julgamento ocorra em Humaitá, onde toda a comunidade sofreu o abalo com esta vingança”, disse Terrinha.

Condenação prévia

Para o coordenador do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) Norte 1, Francisco Loebens, a decisão pode ter consequências prejudiciais aos indígenas tenharim e estimular o ódio coletivo contra a etnia. Ele disse que “há um risco enorme do julgamento na esfera estadual não ter isenção”.

“Esse julgamento vai se dar em uma sociedade local que já se manifestou contra os indígenas. Já existe uma condenação prévia”, disse. Loebens afirmou que vai discutir o assunto com o corpo jurídico do CIMI para que, caso a decisão do juiz não seja revertida, o julgamento ocorra na capital amazonense, Manaus.

Segundo o MPF, com base em inquérito da Polícia Federal, Stef Pinheiro, Luciano Freire e Aldeney Salvador foram mortos a tiros e enterrados em uma cova nas imediações da aldeia Taboca no dia 16 de dezembro na Terra Indígena Tenharim-Marmelos.

Os réus são os indígenas Gilson Tenharim, Gilvan Tenharim, Valdinar Tenharim e Simeão Tenharim e Domiceno Tenharim. Eles estão presos desde o final de janeiro em uma cadeia de Rondônia. Outro acusado pelos crimes é Aurélio Tenharim, umas das principais lideranças indígenas da etnia tenharim. Os indígenas negam que tenham assassinado os três homens.

Segundo o inquérito coordenado pelo delegado Alexandre Alves, da Polícia Federal, os corpos foram encontrados após buscas de uma força-tarefa no dia 3 de fevereiro de 2014. Os três homens foram mortos, conforme a PF, por motivo de vingança pela morte do cacique Ivan Tenharim, também em dezembro.

Desde que assumiu a defesa, a DPU tentou duas vezes soltar os cinco indígenas em duas instâncias, sem sucesso. O primeiro habeas corpus foi impetrado no TRF1. O segundo, foi impetrado no Supremo Tribunal de Justiça (STJ). Os defensores aguardam o julgamento do

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 85/ 2014

Brasília, 16 de maio de 2014.

mérito no TRF1.

Antes da prisão, o advogado Ricardo Albuquerque, advogado da etnia tenharim, tentou obter, na Justiça Federal, habeas corpus preventivo para os indígenas e não foi atendido. A reportagem não conseguiu contato com Albuquerque nesta quinta-feira.



Corumbá: famílias ribeirinhas recebem assistência

SÍTIO CAMPUÃ NEWS, 16.05.2014

Famílias ribeirinhas residentes nas regiões do Paraguai Mirim, Mato Grande, São Francisco, Coqueiro e Bonfim serão atendidas pela Prefeitura de Corumbá (MS) e Marinha do Brasil com mais uma ação emergencial do programa social Povo das Águas. A equipe embarca nesta sexta-feira (16), às 8h, no porto do 6º Distrito Naval de Ladário e os trabalhos serão desenvolvidos até a próxima segunda-feira (19).

Estas localidades estavam na programação da primeira ação do Povo das Águas para o final do mês, mas diante da cheia no Rio Paraguai, a Prefeitura e a Marinha definiram levar atendimento já neste final de semana, diante dos problemas que os ribeirinhos estão enfrentando. Para se ter uma ideia, nesta quinta-feira, o Rio Paraguai, na régua de Ladário, está com 4,56 metros. Em relação a quarta-feira, subiu oito centímetros.

A ação emergencial vai permitir atender 85 famílias destas localidades que estão sofrendo com a cheia do Paraguai. A parceria entre a Prefeitura e Marinha está permitindo levar aos ribeirinhos, além de médico, dentista e outros profissionais, remédios, alimentos adquiridos pelo Município por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), lonas, entre outros materiais considerados essenciais.

Correio do Estado/ Camapuã News



Municípios relatam dificuldades na AL
SÍTIO DIÁRIO DO PARÁ ON LINE, 16.05.2014

Sem falar em prazos ou data para começar, representantes do Governo do Estado presentes à sessão especial realizada ontem no auditório João Batista, da Assembleia Legislativa (AL) para discutir a situação da população afetada pela queda de parte da ponte sobre o rio Moju, na Alça Viária, informaram que a estrada dos Quilombolas que liga o município de Moju à parte trafegável do complexo de pontes receberá revestimento primário para suportar o tráfego de veículos pequenos enquanto ocorre a reconstrução do trecho danificado, cuja expectativa de entrega é para o último mês de 2014.

A queda da ponte ocorreu em março. Nos discursos dos parlamentares, foi frequente a defesa do asfaltamento dos 70km da PA 252, rodovia que liga os municípios de Moju e Acará, em meio ao discurso de que, mais do que apenas consertar o problema criado pela queda de um trecho da ponte, é preciso abrir mais vias de escoamento de pessoas e mercadorias.

“Não é só reparar o que houve, mas também aumentar a trafegabilidade, para movimentar o comércio e setores produtivos e em parceria com os municípios, vendo a quem cabe o quanto de responsabilidade, não é só jogar tudo para cima do Governo do Estado”, defendeu Eliel Faustino (SDD), proponente da sessão. Edmilson Rodrigues defendeu a isenção de pagamento de tarifa de transporte para estudantes prejudicados pelo problema, em parceria com grandes empresas atuantes na região.

Os secretários estaduais de Segurança Pública, Luiz Fernandes Rocha, e de Transportes, Eduardo Carneiro, participaram da reunião, assim como o presidente da casa, deputado Márcio Miranda (DEM), e os deputados Nilma Lima (PMDB), Alfredo Costa (PT), Edmilson Rodrigues (PSol), Raimundo Santos (PEN) e Eliel Faustino (SDD).

BALSAS

Além deles, representantes das prefeituras de Moju, Tailândia e outros municípios afetados estiveram na AL denunciando as dificuldades de quem voltou a depender de balsas e outros meios de transporte por conta da interrupção da via. Alguns relatos davam conta de que percursos antes feitos em minutos agora duram horas.

(Diário do Pará)



Comissão Pró-Índio promove oficina sobre políticas públicas para comunidades quilombolas

SÍTIO ECODEBATE, 16.05.2014

Com o objetivo de compartilhar e refletir sobre os resultados do mapeamento de políticas públicas realizado no âmbito Programa Quilombos de Parceiros da ICCO, a Comissão Pró-Índio de São Paulo realiza a oficina Políticas de Desenvolvimento e Inclusão produtiva para Quilombolas: construindo estratégias conjuntas de incidência. O evento será em Belém entre os dias 20 e 22 de maio.

O mapeamento de políticas públicas para comunidades quilombolas, realizado entre dezembro de 2013 a abril de 2014, buscou construir um diagnóstico sobre as principais políticas e programas, em nível federal e estadual (com recorte nos estados do Pará e do Maranhão) destinadas à promoção do desenvolvimento e inclusão produtiva.

A oficina contará com a participação de cerca de 20 quilombolas de diferentes regiões do Pará e do Maranhão, além das organizações Centro de Cultura Negra do Maranhão e Malungu – Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará. Os participantes irão definir uma agenda articulada dos quilombolas e das organizações presentes, visando ampliar o acesso das comunidades quilombolas aos programas e políticas.

Os depoimentos e discussões da oficina integrarão o conteúdo da publicação do mapeamento prevista para o 2º semestre de 2014.

Contexto

Nos últimos 10 anos, governo federal e os governos do Pará e do Maranhão conceberam e executaram políticas específicas para esse segmento da sociedade brasileira. No entanto, o alcance e efetividade das políticas públicas para os quilombolas permanecem bastante limitados e estão longe de reverter o quadro de desigualdade e vulnerabilidade a que está submetida tal população.

É evidente a dificuldade das comunidades quilombolas acessarem as diferentes políticas destinadas à promoção do desenvolvimento e inclusão produtiva diante dos inúmeros entraves burocráticos e à falta de maior informação e diálogo com o Poder Público.

Diante desse cenário, o Programa Quilombola de Parceiros da ICCO vem buscando construir uma estratégia de ação articulada para ampliar as oportunidades dos quilombolas efetivamente acessarem tais políticas e programas.

O quê: Políticas de Desenvolvimento e Inclusão produtiva para Quilombolas: construindo estratégias conjuntas de incidência

Quando: 20 a 22 de maio de 2014



Boletim de Notícias - Edição nº 85/ 2014

Brasília, 16 de maio de 2014.

Onde: Belém Hotel Parque dos Igarapés

Organização: Comissão Pró-Índio de São Paulo

Apoio: ICCO

Informações enviadas por Bianca Pyl – bianca@cpisp.org.br



VIII Festival de Cultura e Jogos Indígenas do Parecis

SÍTIO GAZETA MT, 16.05.2014

05 a 08 de junho, com objetivo de alavancar o etnoturismo e consequentemente, a sustentabilidade econômica através das atividades esportivas e culturais do Povo Haliti e das outras sete etnias convidadas.

O VIII Festival de Cultura e Jogos Indígenas do Parecis acontece no município de Campo Novo do Parecis/MT, de 05 a 08 de junho, com objetivo de alavancar o etnoturismo e consequentemente, a sustentabilidade econômica através das atividades esportivas e culturais do Povo Haliti e das outras sete etnias convidadas.

Durante os Jogos serão observados:

- O respeito, valorização e a revitalização das manifestações culturais do povo Paresi-Haliti.
- Intercâmbio cultural.
- União entre as várias etnias.
- Incentivo do uso sustentável dos recursos naturais em terras indígenas.
- Fazer do Festival de Cultura e Jogos Indígenas do Parecis um produto turístico, transformando-o em um processo contínuo e auto sustentável.

ETNIAS PARTICIPANTES

Os critérios para a participação serão prioritariamente em função daquelas etnias possuidoras de suas tradições originais: línguas, costumes, manifestações culturais (cantos, danças, pinturas corporais e outros), artesanatos e seus esportes tradicionais.

- Paresi-Haliti – Campo Novo do Parecis, Tangará da Serra, Sapezal, Nova Lacerda e Conquista d'Oeste
- Manoky (Irantche) – Brasnorte
- Enawenê-Nawê – Juina
- Nhambikwara – Sapezal e Comodoro
- Umutina – Barra do Bugres



- Rikbatsa – Juina
- Xavante – Barra dos Garças
- Bakairi – Nobres

Serão desenvolvidas as seguintes atividades desportivas:

- Arco e Flecha
- Corrida de Toras
- Arremesso de Lanças
- Cabo de Força
- Corridas – Velocidade (100 m) e 4 x 100m
- Jikunahati (Cabeça Bol)
- Tidimore
- Futebol (Masculino e Feminino)

O evento contará com as seguintes apresentações das manifestações culturais das etnias:

- Danças
- Cantos
- Canto xamânico
- Pintura corporal
- Artesanatos indígenas
- Exposição fotográfica
- Exibição de vídeos
- Exposição etnográfica

Serviço:



Boletim de Notícias - Edição nº 85/ 2014

Brasília, 16 de maio de 2014.

VIII FESTIVAL DE CULTURA E JOGOS INDÍGENAS DO PARECIS

Local: Campo Novo do Parecis –MT

Estádio Ari Tomazelli – Avenida Mato Grosso - Centro

Período: 05 a 08 de junho de 2014



MPF/AM quer reparação de danos morais coletivos por exploração sexual de meninas indígenas

SÍTIO CONSULTOR JURÍDICO, 16.05.2014

O Ministério Público Federal no Amazonas (MPF/AM) entrou com ação civil pública para pedir a condenação de dez pessoas acusadas de praticarem diversos crimes relacionados à exploração sexual infantojuvenil de crianças e adolescentes indígenas em São Gabriel da Cachoeira, cidade a 852 quilômetros a noroeste de Manaus. O MPF pede a reparação por dano moral coletivo, com pagamento de indenização no valor de R\$ 500 mil.

Com base nos depoimentos colhidos no município e dos relatos apresentados pelas meninas ouvidas, o MPF identificou o perfil das vítimas do esquema de exploração sexual: adolescentes indígenas, de preferência ainda sem terem tido relações sexuais anteriores, pobres e em situação de vulnerabilidade social. Na ação, o órgão destaca que a exploração de indígenas pertencentes aos povos Tukano, Wanana, Dessano e Baré causou reflexos negativos sobre toda a população indígena de São Gabriel da Cachoeira, provocando violação dos direitos fundamentais que podem ser presumidos em razão da vulnerabilidade social a que as comunidades estão expostas.

Caso a Justiça Federal decida favoravelmente ao pedido do MPF, a indenização por danos morais coletivos no valor de R\$ 500 mil deverá ser revertida para a adoção de políticas públicas destinadas à prevenção quanto à exploração sexual de meninas indígenas. A ação civil pública tramita na 1ª Vara Federal no Amazonas, sob sigilo de justiça.

Entenda o caso – Em visita a São Gabriel da Cachoeira, em setembro de 2012, o MPF/AM ouviu a coordenação da Fundação Nacional do Índio (Funai) no local, representantes de entidades voltadas para a defesa dos direitos da Criança e do Adolescente, psicólogos e lideranças comunitárias e indígenas, que confirmaram as denúncias de exploração sexual envolvendo meninas indígenas. A partir do relatório de visita produzido, o MPF instaurou inquérito civil público para apurar o caso e encaminhou todos os documentos para investigação criminal no próprio órgão.

Diante da lesão sociocultural dos crimes relatados pela comunidade e pelas vítimas ouvidas durante a apuração, o MPF/AM entendeu que a ofensa à dignidade sexual das vítimas prejudica não apenas a elas próprias, mas também a identidade indígena de toda a comunidade a qual pertencem, o que justifica a atuação dos órgãos federais no caso. Em reunião realizada em 23 de outubro de 2012, os órgãos de fiscalização estaduais e federais envolvidos decidiram pelo prosseguimento das investigações na esfera federal. Em novembro do mesmo ano, o MPF voltou ao município, por ocasião da edição inaugural do projeto MPF na Comunidade, e conversou com algumas vítimas.

Após a conclusão da investigação criminal, em setembro de 2013, o MPF denunciou dez pessoas à Justiça Federal pela prática de diversos crimes relacionados a exploração sexual infantojuvenil de crianças e adolescentes indígenas em São Gabriel da Cachoeira. Segundo a



Boletim de Notícias - Edição nº 85/ 2014

Brasília, 16 de maio de 2014.

denúncia do MPF, foram colhidas declarações de 16 pessoas, dentre crianças e adolescentes, quase todas confirmaram ter sido vítimas de abusos e exploração sexual praticada pelos denunciados, inclusive em várias ocasiões diferentes.

Assessoria de Comunicação
Procuradoria da República no Amazonas
(92) 2129-4743 / 4661
ascom@pram.mpf.gov.br
twitter.com/MPF_AM



Delcídio e Biffi pedem ao Governo mais 6.900 casas para MS

SÍTIO DO NORTE NEWS, 16.05.2014

O senador Delcídio do Amaral (PT) e o deputado federal Antonio Carlos Biffi (PT) se reuniram em Brasília com prefeitos sul-mato-grossenses para dar andamento a novos investimentos federais nos municípios. Na pauta, a construção de mais 6.900 casas na áreas urbana e rural – inclusive indígena – de Mato Grosso do Sul. “Assinamos com o deputado Biffi dois ofícios encaminhados ao ministro das Cidades, Gilberto Occhi, nos quais solicitamos empenho na seleção de projetos em vários municípios onde o déficit habitacional é grande. Queremos atender também a população indígena, com moradia digna e todos os serviços de infraestrutura. Essa demanda nos chegou através da Assoma sul (Associação Sul-mato-grossense de Municípios), cujo presidente, o prefeito de Anastácio, Douglas Figueiredo (PSDB), definiu com cada prefeito a necessidade local. Vamos cobrar do governo o atendimento do pedido porque casa própria é um bem sagrado para toda família”, disse Delcídio.

Um dos ofícios encaminhados por Delcídio e Biffi solicita casas para áreas urbanas de Água Clara (140), Amambai (200), Anastácio (250), Aparecida do Taboado (200), Aquidauana (200), Bataguassu (200), Caarapó (150), Camapuã (100), Cassilândia (150), Chapadão do Sul (250), Coxim (200), Eldorado (100), Inocência (140), Ivinhema (100), jardim (250), Miranda (180), Mundo Novo (100), Nova Andradina (300), Paranaíba (480), Paranhos (100), Ribas do rio Pardo (200), Rio Brilhante (200), São Gabriel do Oeste (240), Sonora (100) e Vicentina (100). De acordo com as regras do governo federal, nos municípios com mais de 20 mil habitantes cada unidade sai por R\$ 60 mil e o conjunto habitacional deve contar com água, energia, esgoto e asfalto. Nas cidades com menos de 20 mil habitantes, a casa custa R\$ 49 mil, com a mesma infraestrutura. Em ambos os casos o proprietário terá de pagar parcelas equivalentes a 10% da renda.

O outro ofício pede a construção de casas para indígenas em Anastácio

(50), Antônio João (200), Aquidauana (100), Aral Moreira (50), Caarapó (200), Coronel sapucaia (50), Douradina (50), Dourados (500), Eldorado (50), Iguatemi (50), Japorã (100), Laguna Carapã (75), Paranhos (300), Rio Brilhante (100), Sidrolândia (200) e Tacuru (100). O custo da casa indígena é menor – R\$ 32 mil – e o morador tem que pagar apenas R\$ 1 mil em quatro parcelas de R\$ 250. O senador esclarece que o governo federal está recebendo novas solicitações. “O processo de seleção continua aberto. Por isso, eu alerto aos demais prefeitos que apresentem suas propostas, para que o Ministério das Cidades atenda com mais casas todo o nosso estado”, informou Delcídio.

Casaldáliga diz que principal arma são denúncias e cita novos conflitos

SÍTIO RD NEWS, 16.05.2014

Patrícia Sanches

Enviada especial a São Félix do Araguaia



A região de São Félix do Araguaia (a 1.115 km de Cuiabá) se tornou emblemática e polêmica, ao longo dos anos, graças à atuação firme do hoje bispo emérito da cidade Pedro Casaldáliga que desperta sentimentos antagônicos de amor e ódio entre os moradores. Enquanto índios, pequenos produtores e sem terras, buscam refúgio na liderança de Pedro e têm ele como um líder espiritual e um amigo, especialmente, os produtores rurais se posicionam duramente contra o bispo emérito da cidade. Argumentam que, para defender os índios, ele passa por cima de pessoas que querem apenas trabalhar e tirar o seu sustento da terra.

O resultado dessa situação é um intenso conflito que tem se estendido durante os últimos 46 anos, desde que o missionário claretiano, do Catalão e um dos fundadores da Teologia da Liberdade, chegou à região em 1968, durante a Ditadura Miliutar.

Perguntando o porque do Brasil e especialmente da região do Araguaia, que praticamente não era habitada na década de 60, Pedro Casaldáliga, em entrevista ao Rdnews, lembra que o Vaticano queria uma missão nesta área, que era nova, e não tinha comunidade. "Tomei como missão de vida", enfatiza.

Passado quase meio século, o bispo avalia que a situação é melhor, especialmente por causa da organização dos índios e movimentos sociais. Por outro lado, pondera que a briga com a Bancada Ruralista é intensa. "Povos indígenas são inimigos do sistema porque não são do sistema produtivo", reforça.

CONT.



Ele lembra que a luta foi bastante intensa nos últimos anos. Cita que, dois anos após chegar na região e começar a acompanhar os índios juntamente com a irmã Genoveva, que chegou antes em 1952, foi nomeado bispo da Prelazia de São Félix do Araguaia. "Nós iniciamos aqui a Prelazia que é uma diocese do interior. Tivemos que enfrentar o desafio de escolher entre os índios, pequenos produtores ou o latifúndio. Tivemos que optar e optamos pelos pobres, pelos marginalizados. Os índios, os posseiros e os peões", sustenta Casaldáliga.

O religioso lembra que escreveu dois documentos fundamentais neste processo de criação de um grupo organizado contra o sistema existente: Latifúndio e feudalismo no Norte de MT e Amazônia em Conflito e a Marginalização Social. No segundo, ele trazia duras denúncias sobre a existência de trabalho escravo. "Foi uma declaração de guerra, denunciávamos também a polícia que perseguiu a gente", lembra. Acontece que o país estava em plena ditadura, onde o lema era: integrar para não entregar, havendo políticas de povoamento no Estado. "Essa região virou paradigmática, emblemática. Naquela época foi fundado, por exemplo, o Conselho Nacional da Terra".

Durante este período, especialmente entre 1971 e 1976, Casaldáliga e seus seguidores tiveram duros embates com fazendeiros e com o sistema político brasileiro, sofrendo ameaças de morte e perseguições. Em 1976, por exemplo, é assassinado o padre João Bosco Burnier, quando ele e dom Pedro foram defender duas mulheres que estariam sendo torturadas na delegacia de Ribeirão Cascalheira.

Em meio à situação, o bispo avalia que a divulgação das situações por meio da imprensa brasileira e estrangeira foi fundamental para garantir que as ameaças de morte não fossem cumpridas e para garantir que a situação, caótica, não fosse ainda pior. "Tudo o que acontecia se escrevia, por isso, ficamos conhecidos e a situação era emblemática", lembra.

Foi durante este período tumultuado também que foi instalado um ginásio no local, com o objetivo de dar educação aos moradores da região. À época, um grupo ligado a Prelazia ensinava à população o método Paulo Freire, o que não foi bem visto pelo Regime Militar que fechou a instituição. Outro fator que provocou a ocorrência de constantes conflitos era a especulação de que haviam guerrilheiros do Araguaia na cidade. Casaldáliga, entretanto, garante que isso nunca ocorreu.

A Guerrilha do Araguaia foi a tentativa de dissidentes do Partido Comunista do Brasil (PC do B) de organizar uma luta armada para enfrentar a ditadura militar que governava o Brasil, a maior parte dos membros era do Pará e Tocantis.

De todo modo, o fim da ditadura, não significou o final dos confrontos na área. Conflitos entre índios, posseiros e fazendeiros também foram acompanhados pelo bispo de perto. Um dos mais emblemáticos envolve a desintrusão da reserva indígena dos Xavantes na região da Suiá Missu, que foi realizada em dezembro de 2012.

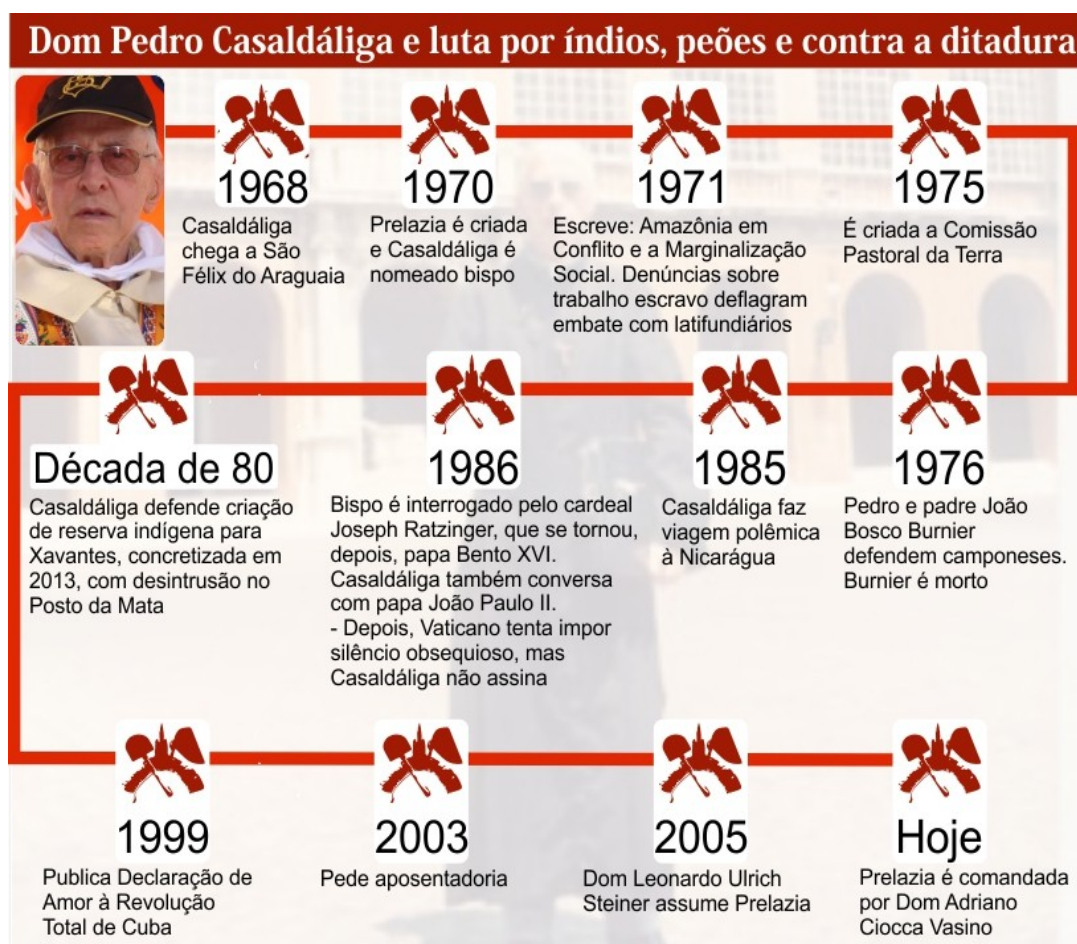
Embora o desfecho da situação tenha ocorrido recentemente, a polêmica começou ainda em 1980, quando começam os questionamentos acerca da área que pertenceu a Agip Petrolí e, depois, foi loteada e vendida para famílias que moravam no Posto da Mata.

CONT.

Os produtores rurais que estão no local garantem que adquiriram a área de forma lícita e que ali nunca foi terra indígena. A FUNAI contesta e conseguiu, na Justiça, o direito de expulsar os posseiros. Casaldáliga é apontado como um dos responsáveis pela viabilização da desintrusão e chegou a ser ameaçado de morte à época da expulsão.

Mesmo estando longe do comando da Prelazia há quase 10 anos, desde 2005, Pedro Casaldáliga ainda faz questão de acompanhar os movimentos, mesmo que seja apenas pelos relatos de índios e retirantes que o visitam em sua casa em São Félix do Araguaia. Em relação ao desfecho da Suiá Missu, ele avalia, por exemplo, que os índios estão felizes porque estão em suas terras, mas cobra maior investimento por parte da Funai.

Polêmica em torno de área começa na década de 60; dados controversos





A que veio dom Tomás Balduino?

SÍTIO FOLHA DE LONDRINA/ESPAÇO ABERTO, 16.05.2014

Maio chegou e, com ele, a notícia da perda de dom Tomás Balduino, o bispo daqueles que colocaram na agenda política das principais democracias do mundo o clamor por ampla mobilização e firme engajamento: os camponeses e indígenas. Tanto o Dia Internacional das Lutas Camponesas quanto o Dia do Índio, celebrados em 17 e 19 de abril, surgiram de enfrentamentos árduos, como os que coroaram a vida de dom Tomás. Tanto quanto as datas simbólicas, que servem para lembrarmos por que vieram, é importante que não nos esqueçamos a que veio esse homem.

Fundador da Comissão Pastoral da Terra, somou à luta eternizada desde o massacre de Eldorado do Carajás, contra camponeses em busca de uma nesga de terra onde apenas 551 imóveis dividem entre si mais de 255 mil hectares, a maior parte grilada e que, por lei, se destinariam exclusivamente à reforma agrária.

Ainda que se ignore essa cláusula constitucional, por lei deveriam ser desapropriadas por improdutividade, já que geram apenas um emprego permanente a cada 2.056 hectares, quando no referido município o tamanho médio de 75% das propriedades é 21 hectares (IBGE).

A grilagem e a ociosidade das terras, razão das lutas camponesas, é também o que move a luta indígena, consagrada na data de criação do Instituto Indigenista Interamericano, com sede no México, do qual o Brasil é membro desde 1943 e que desde 1970 tem seu próprio conselho, o Cimi, que teve dom Tomás como fundador. Diferentemente dos camponeses, que lutam pelo acesso à terra, os indígenas lutam pela direito à permanência onde vivem mesmo antes de os colonizadores aportarem e, com eles, a cobiça que não reconhece fronteiras éticas ou legais. No momento, ela tem nome, PEC 215, que propõe a ingerência sobre as unidades de conservação e a destituição do direito indígena a territórios originários, tanto quanto áreas ocupadas pelos descendentes de escravos ali estabelecidos antes da abolição. Foram injustiças dessa ordem que dom Tomás combateu, valendo-se da proclamação da verdade que conscientiza e mobiliza para que as leis sejam cumpridas.

As armas que costumeiramente a isso se levantam já fizeram tombar 331 trabalhadores e 563 indígenas somente nos últimos 10 anos (CPT). Para que não pereçam valores e princípios fundamentais em favor de um projeto discutível para o campo brasileiro, embalado no discurso da produção do sagrado alimento, é imperioso lembrar que segundo a Conab, a área ocupada por lavouras temporárias nesse ano a safra é de 56,4 milhões de hectares que, somados à das lavouras permanentes, fecha em 68,1 milhões a área agrícola do Brasil. Note-se que os estabelecimentos com menos de 100 hectares ocupam 70,7 milhões de hectares, mas correspondem a 90,1% dos estabelecimentos rurais. Como o conjunto dos imóveis brasileiros ocupa 605,4 milhões de hectares (Incra), os argumentos que projetam a grande propriedade como eficiente e protagonista do sucesso da agricultura brasileira são, no mínimo, parciais,

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 85/ 2014

Brasília, 16 de maio de 2014.

pois se não houvesse um palmo de lavoura sequer em quaisquer daqueles com menos de 100 hectares, ainda assim os grandes teriam nada menos que sete vezes mais terras em idêntica situação.

Quem são, pois, os improdutivos do Brasil? O que explica as atuais investidas contra unidades de conservação e terras indígenas que, juntas, somam 197,6 milhões de hectares? E a criminalização da reforma agrária? Com a palavra dom Tomás Balduino: "Como pensar num mundo e numa humanidade equilibrados e sustentáveis? Produzindo de acordo com a necessidade. Uma coisa é a necessidade em que todos participem. Outra, é atender a um modelo superpredador [...]. Não seria a hora de questionar o modelo vigente e dar a palavra à população camponesa, ao indígena?"

ELIANE TOMIASI PAULINO é professora do departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina



Pais de alunos seguem evitando transporte escolar em Faxinalzinho

SÍTIO AGORA JÁ, 16.05.2014

Prefeito tenta audiência com Ministro da Justiça para resolver tensão entre índios e agricultores

Os moradores de Faxinalzinho, no Norte gaúcho, seguem apreensivos mesmo duas semanas após o confronto entre agricultores e indígenas que resultou no assassinato de dois fazendeiros. Segundo o vice-prefeito James Torres, as aulas foram retomadas nessa quarta-feira, mas os pais ainda preferiram dispensar o transporte escolar nesta quinta para levar pessoalmente os filhos ao colégio.

Não há bloqueios de estradas e o policiamento segue reforçado na região. A tensão decorre da disputa de terras demarcadas como indígenas pelo governo federal, arrendadas pelos produtores.

O prefeito Celso Pelin permanece em Brasília, onde participa da Marcha Nacional dos Prefeitos, e deve retornar nesta sexta a Faxinalzinho. Segundo o vice, até o fim da tarde não havia qualquer aceno do Ministério da Justiça em receber Pelin ou antecipar uma reunião de conciliação entre indígenas, agricultores e a Prefeitura, marcada para o dia 22, na Capital federal. Os índios já adiantaram que não enviarão representante.



Audiência pública discute violência nas aldeias de MS

SÍTIO BBC NEWS, 16.05.2014

Hoje, a partir das 19h, será realizada no plenário da Câmara Municipal de Dourados, a audiência pública "Segurança Pública nas Aldeias", que vai trazer discussões e propostas para garantir ações de segurança nas aldeias de Mato Grosso.

A palestra será ministrada pelo o procurador do Ministério Público Federal, Marco Antônio Delfino, que acompanha as discussões e os problemas de perto e é referência no trato com as causas indígenas.

Desde o ano passado, o vereador do PSDC é o presidente da Comissão Permanente Indígena e Afrodescendente na Câmara Municipal de Dourados. "Este é um assunto pertinente ao dia-a-dia da comunidade indígena, e um dos principais problemas civis do nosso país. Por isso propus essa audiência, e nela, espero que possamos colher frutos e boas propostas para uma solução prática e emergente para o bem da nossa comunidade."

Segundo Aguilera, A segurança pública é um direito do cidadão e cabe ao Estado implementar soluções práticas. "A segurança pública é dever do Estado, e o crescimento latente dos níveis de violência na Reserva Indígena de Dourados é assustador, por isso o povo indígena exige ações para inibir e resolver esse problema", explica o vereador.

No primeiro semestre, Aguilera, que também é presidente da Associação dos Vereadores Indígenas de Mato Grosso do Sul, ouviu os colegas vereadores indígenas e os apelos de suas comunidades. Diante disto, o vereador solicitou ao secretário de Justiça e Segurança Pública de MS, Wantuir Jacini, os dados da violência nas aldeias indígenas ao Dr. Wantuir Jacini, Secretário de Justiça e Segurança Pública de MS. "São 122 ocorrências de crimes registradas pela Polícia Civil de MS. Dentre os crimes estão assassinatos, estupros, violência doméstica, furtos e agressões. Esperamos que a comunidade venha em peso para garantirmos um debate qualificado", finaliza o vereador.



Unidade Móvel de Acolhimento às Mulheres do Campo realiza hoje ação em Aldeia Indígena de Dourados

SÍTIO JUS CLIP, 16.05.2014

Campo Grande (MS) – Após percorrer seis assentamentos na região de Ponta Porã e Sidrolândia, as Unidades Móveis de Acolhimento à Mulher realizam hoje (16) e amanhã (17) atendimento na Aldeia Bororo, situada na região de Dourados.

A Unidade Móvel de Acolhimento às Mulheres do Campo corresponde a um dos eixos do Programa “Mulher: Viver sem Violência”, executada através de uma parceria entre a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM), Governo do Estado de Mato Grosso do Sul e prefeitura local que recebe a ação.

Em Dourados a Unidade Móvel contará com o apoio da Coordenadoria Municipal de Políticas para as Mulheres e do Centro de Referência de Atendimento à Mulher em situação de violência “Viva Mulher”. Na aldeia serão realizadas ações de prevenção, assistência e atendimento jurídico, além de abordar a Lei Maria da Penha.

As próximas ações serão realizadas nos dias 23 e 24, na Aldeia Jaguapiru, e nos dias 30 e 31 na Aldeia Panambizinho, também no município de Dourados.



A educação no campo, transformando sujeitos e mudando realidades

SÍTIO JORNAL FOLHA DO SUL, 16.05.2014

O Brasil, até a metade do século XIX, possuía uma população predominantemente rural, que engrossava a fileira do analfabetismo tupiniquim, pois a maioria não tinha acesso a educação, que era privilégio de quem vivia nas cidades ou filhos de afortunados proprietários de terra, que além da propriedade rural possuíam residências na zona urbana. Também a pouca oferta de escolas na zona rural e a ausência de um sistema público de transporte escolar impediram que milhões de brasileiros tivessem o direito à educação respeitado.

Com a constituição de 1988, que definiu de forma concreta a obrigação do Estado em atender estas comunidades rurais com a educação básica, e a Lei de Diretrizes e Base da Educação(LDB), que garantiu e complementou o texto constitucional no que se refere as obrigatoriedades da educação. A partir, principalmente da LDB, o transporte escolar torna-se uma política de estado e não de governo, com a União financiando o transporte escolar para municípios de todo País.

Educação no campo hoje é uma realidade para indígenas, quilombolas, assentados, ribeirinhas e tantas outras comunidades que nos últimos anos têm sido responsável por uma revolução sem armas na vida de milhões de brasileiros, que estão se tornando sujeitos de fato. Já presenciamos ainda de forma tímida a presença de estudantes nas universidades e que representam estas populações citadas. Professores formados retornam para estas comunidades rurais e com muito orgulho desempenham a nobre missão de educar para uma perspectiva de vida com sustentabilidade e bem estar para todos.



Os massacrados de Faxinalzinho

SÍTIO A RAZÃO, 16.05.2014

Tarso Teixeira, Presidente do Sindicato Rural de São Gabriel e vice-presidente da Farsul

Anderson de Souza e Alcemar de Souza. Dificilmente o estimado leitor recordará destes nomes. Mas talvez tenha ouvido falar de um certo Douglas Rafael da Silva, chamado "DG". Seu nome foi mencionado diversas vezes ao longo das últimas semanas, após morrer em decorrência de um tiro em uma operação policial na favela Pavão Pavãozinho. Era dançarino de um programa da TV Globo, e por isso, todos os órgãos de imprensa lamentaram sua perda.

Mas não as de Anderson e Alcemar. Estes dois não tinham amigos na mídia, não tinham proximidades suspeitas com traficantes, não lamentavam publicamente quando chefões do tráfico morriam. Eram apenas produtores rurais de Faxinalzinho, vítimas de um conflito insuflado diretamente pela irresponsabilidade de agentes do governo federal.

Eram produtores rurais no município de Faxinalzinho, no Alto Uruguai, onde movimentos indígenas, com apoio da Funai, reivindicam a demarcação de reservas em áreas que pertencem a famílias de agricultores há mais de cem anos. Anderson e Alcemar, como tantos outros pequenos agricultores da região, não tomaram aquelas terras de ninguém. Seu crime: produzir alimentos em uma área que estava na posse legal de sua família há gerações.

Anderson e Alcemar foram covardemente atacados por um bando de cerca de 30 índios kaingang nas proximidades de Linha Coxilhão. Eles não estavam em conflito com os manifestantes indígenas. Eles foram massacrados. Suas famílias ficaram órfãs, mas a grande mídia preferiu falar de DG, culpando a polícia.

A mídia não vai mostrar o choro das esposas de Anderson e Alcemar. Movimentos de Direitos Humanos não farão passeata exigindo Justiça. A ministra, mesmo sendo gaúcha, não virá ao sul chorar seus cadáveres. Porque, no Brasil, movimentos de Direitos Humanos só choram e protestam por mortos com "pedigree" ideológico de esquerda: tem que morar em favela e ser amigo de traficante. Nada de chorar por quem produz alimentos, ainda mais se for assassinado por índios, esses injustiçados, posando de eternos excluídos em suas aldeias de fachada, com parabólica e TV a cabo.

Estas famílias ainda poderiam estar com seus pais e esposos, não fosse a omissão e leniência cúmplice do governo federal diante das crescentes ilegalidades cometidas por movimentos indígenas, sempre tratados por certa mídia como os mais "frágeis" da história. Fortemente irrigados por recursos de ONGs ambientalistas internacionais, sediadas em países que, não por acaso, são concorrentes do agronegócio brasileiro, estes conflitos buscam, no atacado, atingir a produtividade do nosso agronegócio. E no varejo, produzem cadáveres. Que não serão lamentados em um programa de TV.



Defensor participa de encontro de lideranças indígenas

SÍTIO FOLHA MAX, 16.05.2014

Da Redação

Representando a Defensoria Pública do Estado, o Defensor responsável pela Coordenadoria de Direitos Humanos da Instituição, Roberto Tadeu Vaz Curvo, estará presente no encontro de lideranças indígenas intitulado de "Direitos indígenas: da terra à saúde!". O evento será realizado no Memorial do Chiquitano, localizado na Terra Indígena Portal do Encantado, de 16 a 18 de maio.

De acordo com o Defensor, o evento é marcante não apenas para a Defensoria, mas para os povos indígenas, que terão a oportunidade de conhecer os seus direitos mais elementares, como o direito a terra, que vem sendo violado há mais de 500 anos. "Será mais um marco importante na minha vida. Estou ansioso para vivenciar esses dias com essas Nações, na fronteira entre o Brasil e Bolívia. Partiremos às 4h30min da manhã desta sexta-feira em um ônibus, com previsão de chegada por volta das 19h", ressaltou.

Segundo Vaz Curvo, que ministrará uma aula sobre direitos e garantias para a cidadania, a motivação do encontro foi a vulnerabilidade dos chiquitanos na fronteira, sem a demarcação do seu território tradicional. O assunto, inclusive, já foi tema de reunião, coordenada pelo Defensor, realizada em abril na sede da Defensoria entre o Defensor Público-Geral, Djalma Sabo Mendes Júnior, e Caciques de três comunidades indígenas chiquitanas.

No evento, entretanto, os índios não irão apenas ouvir, mas também apresentar sua cultura e tradição. Na abertura, por exemplo, os Chiquitanos da Vila Nova Barbecho contarão em vesuro a invocação ao Espírito Santo, também haverá música para acolhimento e oração de gratidão a Deus pela Natureza.

No total 100 pessoas estarão presentes, sendo que os índios serão representados pelas etnias Nambikwaras, Apiakás, Karajás, Mundurucus, Kayabis, Boes, Xavantes, Manokis, Mykys, Guatós e Rikbaktsa. Também participarão do encontro representantes do Poder Judiciário Federal e Ministério Público.

Governador Camilo Capiberibe entrega mais três escolas indígenas no Oiapoque
SÍTIO AGÊNCIA AMAPÁ DE NOTÍCIAS, 16.05.2014



Na próxima terça-feira, 13, o governador do Amapá, Camilo Capiberibe, inaugura mais três escolas indígenas, no município de Oiapoque. Juntas, elas têm capacidade para atender cerca de 345 estudantes, e receberam investimentos que ultrapassam R\$ 1 milhão. A solenidade de inaugurações será realizada na aldeia indígena Kumenê, distante 120 km da cidade de Oiapoque.

Na aldeia indígena Pwaitkeyt, o governador vai entregar a Escola Indígena Estadual de Ensino Fundamental Maria Yanawá, contendo 2 salas de aula, diretoria, refeitório, copa cozinha, dois banheiros e caixa d'água com castelo. O governo do Estado investiu na construção da escola R\$ 142.003,18.

Seguindo o mesmo modelo, o governador também vai entregar a Escola Indígena Estadual de Ensino Fundamental Kamuywa, cujo investimento também foi de R\$ 142.003,18, e vai atender 70 alunos índios.

Já na aldeia Kumenê, o governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado da Infraestrutura (Seinf), vai entregar a Escola Indígena Estadual de Ensino Fundamental e Médio Moisés Iaparrá, construída com as seguintes dependências: seis salas de aula com capacidade para 35 alunos (cada); laboratório de informática; bloco administrativo, contendo diretoria, secretaria; arquivo; banheiros; refeitório; biblioteca; sala de professores; além de copa e cozinha; e área de serviço. O investimento na construção da escola foi de R\$ 720.742,33.

No município de Oiapoque, onde vivem aproximadamente 6 mil índios, o governador já entregou a Escola Indígena Estadual Manoel Primo dos Santos, na aldeia Santa Isabel. A antiga escola, erguida em madeira, foi construída em 1997, pelo então governador e hoje senador do Amapá, João Alberto Capiberibe.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 85/ 2014

Brasília, 16 de maio de 2014.

Com as três escolas indígenas a serem inauguradas na próxima terça-feira, sobem para 25 o número de escolas entregues pelo atual governo.



Cimi tenta soltar índios kaingang suspeitos de matar dois agricultores no Rio Grande do Sul

SÍTIO NOTÍCIAS AGRÍCOLAS, 16.05.2014

O delegado responsável pela prisão dos índios Kaingang envolvidos no assassinato de dois agricultores no Rio Grande do Sul, Mário Vieira, está sendo perseguido pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi). Advogados acionaram judicialmente o delegado por uma suposta ação arbitrária na condução das investigações sobre o assassinato cometido pelos índios.

Os Kaingang foram presos quando participavam de uma reunião com representantes do governo do estado, em busca de soluções para os conflitos criados pelas demarcações de terras indígenas feitas pela Funai no Rio Grande do Sul. Na ocasião das prisões, o delegado chegou a declarar que a prisão dos indígenas era um "presente para o dia das mães" para as mães dos dois agricultores assassinados. Anderson e Alcemar de Souza eram irmãos.

Para Roberto Liebgott, representante do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) na região, o delegado pretende transformar os índios em criminosos. "O delegado se colocou acima do poder judiciário", disse Liebgott.

A tática de transformar os algozes em vítimas é prática velha do Cimi. Logo depois do assassinato Liebgott soltou uma nota na qual acusava os dois agricultores assassinados de tentar "afastar à força os indígenas" para liberar a via e de "sequestrar e usar como refém uma criança na tentativa de romper o bloqueio". Segundo a nota do Cimi, provavelmente escrita por Liebgott, foi só por essas razões que os dois agricultores "acabaram mortos" pelos índios.

Advogados pagos não se sabe por quem, impetraram um habeas Corpus na Justiça Federal de Erechim, solicitando liminarmente a soltura dos cinco índios presos por participação no assassinato de Anderson e Alecemar Souza. O advogados pediram também o afastamento do delegado Mário Vieira e a anulação do inquérito.

As liminares foram negadas pelo juiz. Outra solicitação judicial para que os cinco presos ficassem submetidos à custódia da Funai, também foi indeferida.

Caciques da tribo dos produtores rurais pressionam Ministro da Justiça a solucionar a Questão Indígena

Quarenta e sete mil hectares invadidos na Bahia. Produtores rurais impedidos de retornar para propriedades que são suas, no Mato Grosso do Sul. Dois agricultores assassinados no Rio Grande do Sul. Esta realidade de conflitos agrários que se ampliam a cada dia foi apresentada pelos presidentes das federações da Agricultura da Bahia (FAEB), João Martins da Silva Júnior; e do Mato Grosso do Sul (FAMASUL), Eduardo Riedel, ao ministro da Justiça, José Eduardo

CONT.



Cardozo. A Senadora Katia Abreu, que preside a CNA, também participou da reunião na tarde de ontem.

Os quatro discutiram os conflitos indígenas, os cacique da tribo dos produtores rurais apresentaram detalhes sobre a situação nos três estados e pediram ao ministro que adote providências para resolver o problema. "É preciso defender o estado de direito e impedir que se cometa uma injustiça com os produtores que há muitos anos vivem em terras agora reivindicadas pela Funai", disse Katia Abreu.

Durante a reunião, o presidente da FAMASUL e vice presidente da CNA, Eduardo Riedel, apresentou ao ministro o valor das propriedades cobçadas pela Funai para a criação da Terra Indígena Buriti. Apesar de a Justiça ter reconhecido que a área não é indígena, como diz a Funai, ele continua invadido por índios terena. O governo federal se dispôs a comprar as áreas dos produtores e entregá-las aos indígenas, mas o valor oferecido pelo Governo foi sub-avaliado. Os produtores querem R\$ 130 milhões, conforme os laudos técnicos de avaliação entregues ao ministro.

A situação também é grave na Bahia, onde mais de 100 propriedades rurais estão invadidas em decorrência de outra demarcação da Funai. A Terra Indígena Tupinambá de Olivença, que já vem sendo chamada de Babaulândia, tem 47 mil hectares nos municípios de Ilhéus, Una e Buerarema. A Funai reivindica essas áreas para abrigar um grupo de indigenóides tupinambás liderados pelo Cacique Babau. Os índios organizaram milícia e passaram a invadir propriedades e expulsar os produtores rurais como forma de pressionar o governo a demarcar área. Um agricultor que se opunha a demarcação foi assassinado no último mês de fevereiro.

A grande maioria dos produtores da região é de pequenos e médios proprietários. Eles produziam cacau e outros itens agrícolas de subsistência, relatou o presidente da FAEB. Segundo João Martins da Silva Júnior, as ameaças vão além do setor produtivo, pois muitos espaços invadidos e reivindicados são urbanos. Olivença, distrito do município de Ilhéus, está entre as áreas reivindicadas por indígenas Tupinambá, que pleiteiam toda a área urbana do município hoje habitado por 7.336 pessoas não indígenas, incluindo as edificações de igrejas, prefeitura, hospital, bancos e comércio.

Além da Terra Indígena Buriti, no Mato Grosso do Sul, as áreas em que os conflitos são mais graves estão localizadas em 26 municípios do sul do estado. Em todos esses municípios, incluindo Dourados, segunda maior cidade sul-mato-grossense, há fazendas produtivas invadidas. A área já demarcada soma, aproximadamente, 850 mil hectares e a Funai pleiteia mais um milhão de hectares no chamado Cone Sul do Estado, meta prevista num Compromisso de Ajustamento de Conduta (CAC) assinado pela Funai com o Ministério Público Federal (MPF) em 2007.

Fonte: Blog Questão Indígena



Pnud: participação dos indígenas nas eleições do Brasil pode melhorar
SÍTIO RÁDIO ONU, 16.05.2014

Representante da agência da ONU cita dificuldades de acesso a povos que estão em áreas remotas; relatório sobre democracia eleitoral e indígenas da América Latina é lançado esta sexta-feira.

Leda Letra, da Rádio ONU em Nova York.

Será apresentado esta sexta-feira na sede das Nações Unidas um informe sobre a participação dos indígenas da América Latina na democracia e nos processos eleitorais.

O documento é lançado durante o Fórum Permanente sobre Questões Indígenas, que segue até o dia 23 de maio. O Programa da ONU para o Desenvolvimento, Pnud, apoia a divulgação do informe, que analisa a situação em três países: Equador, Guatemala e México.

Eleições

Em Nova York, o coordenador de Governabilidade Democrática do Pnud para a América Latina comentou que a participação dos indígenas brasileiros nas eleições pode melhorar, porque ainda existem dificuldades na parte logística.

Gerardo Noto citou como exemplo os povos nativos que vivem na região Amazônica e no Centro-Oeste do país.

"As dificuldades de acesso, as diferentes formas de interação com a sociedade em geral e em particular no caso dos processos eleitorais, em temas de acesso e de informação em línguas que eles utilizam. É importante que o esforço do Estado avance nesses casos, para facilitar essa participação, promover uma participação mais ativa dos representantes indígenas."

Em ano de eleições presidenciais no Brasil, Gerardo Noto destaca que a inclusão dos indígenas é importante para promover seus direitos, previstos em acordos internacionais apoiados pelas Nações Unidas.

Inclusão

O representante do Pnud elogia, no entanto, a presença de mulheres e de jovens brasileiros nas eleições. Apesar da boa participação, Noto destaca a importância de haver mais mulheres ocupando cargos políticos.

"No caso do Brasil, tem uma porcentagem bem limitada da participação das mulheres no

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 85/ 2014

Brasília, 16 de maio de 2014.

Congresso Nacional e também em posições do poder Executivo e em nível de Estado. A nível local é maior. No caso dos jovens, o Brasil está trabalhando muito bem com o apoio, participação e inclusão dos jovens na sociedade e na política em particular. O tema da participação dos jovens está sendo promovida ativamente no Brasil, estabelecendo lições para outros países da região."

Segundo Gerardo Noto, o processo democrático dos países da América Latina teve muito progressos, mas é essencial garantir a inclusão de todos os grupos minoritários, como mulheres, jovens, indígenas e afrodescendentes.

MON abre mostra de arte indígena
SÍTIO JORNAL DE LONDRINA, 16.05.2014



O Museu Oscar Niemeyer (MON) abre neste domingo, às 11 horas, a exposição Plumária – A Arte Maior do Indígena Brasileiro. Com curadoria de Ana Itália Paraná Mariano, a mostra conta com cem objetos e utensílios indígenas vindos do Museu de Arte Indígena (MAI), situado em Clevelândia, no Centro-Sul do Paraná. O conjunto de obras propõe um mergulho na história do Brasil e um resgate de vínculos com o passado e com a cultura indígena. A entrada na abertura é gratuita.